

CÓDICES DO CONDE DA TORRE

Em artigo anterior, mencionei o fato de que um dos documentos mais preciosos da Biblioteca e Arquivo Histórico do Itamarati é a coleção de papéis que pertenceram a Fernando Mascarenhas, Conde da Torre. Nela, melhor do que em qualquer outro lugar, podem ser estudados e compreendidos os dois últimos anos do regime espanhol no Brasil. Na verdade, concluída a leitura dessa documentação, fica evidente como era até agora superficial e inseguro o conhecimento do episódio do governo-geral do Conde da Torre e dos sucessos da armada luso-espanhola com a qual se pretendia restaurar Pernambuco da dominação holandesa. Por outro lado, se Mascarenhas tem direito à chamada justiça histórica, esta só lhe poderá ser concedida através do exame desses papéis.

A *História do Brasil*, de Varnhagen, que é, com as anotações de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, a principal fonte documental de história geral, tem neste ponto de sofrer inúmeras retificações (algumas substanciais), de vez que nem o Autor nem seus ilustres anotadores conheceram a documentação do Itamarati. Na recente edição da *História*, de Varnhagen (a 4^a da qual foram publicados até agora os volumes I e II), Rodolfo Garcia limita-se a mencionar a existência dos códices (Vol. II, pág. 387), que não conheceu. Para a história de Pernambuco, o interesse deles é enorme, porque o principal encargo do Conde Governador era expulsar daqui os holandeses, então sob o comando do outro Conde, o de Nassau. Para muitos pontos obscuros, a documentação traz completo esclarecimento. Entre outros, pode-se ficar sabendo porque motivo Mascarenhas não atacou o Recife quando passou à sua vista em janeiro de 1639 (em oportunidade que os próprios holandeses afirmaram que não lhe poderiam resistir); por que tão longa demora, de onze meses, da esquadra na Bahia, antes de sair a enfrentar os holandeses, demora que a estes permitiu preparar a frota com que haveriam de desbaratar a contrária; por que (a observação é de Rio Branco na sua *Esquisse de L' Histoire du Brésil*) tão poucos detalhes de fonte oficial são conhecidos sobre a marcha de Luís Barbalho Bezerra do Rio Grande do Norte à Bahia, por terra, episódio que tem dado motivo a muita produção literária, mas a raro estudo histórico.

Os códices, em número de 3, em boa encadernação em pergaminho do século XVIII (e para a qual o qualificador do Santo Ofício, que não é outro senão o dicionarista Rafael Bluteau, autorizou "qualquer livreiro para encadernar estes papéis do Conde da Torre") estão perfeitamente preservados, salvo um ou outro documento, em papel mais fino corroído pela tinta; e compreendem 1551 páginas de texto. Pertenceu a documentação até há poucos anos aos descendentes do Conde, de cujas mãos passou para a dos livreiros-antiquários de Londres, Maggs Brothers, aos quais foi adquirida pelo Itamarati. Mas não está somente no fato de ter pertencido ao próprio Conde da Torre e dizer respeito ao seu governo, a importância da documentação; ela será melhor compreendida - e se terá melhor prova da sua autenticidade - se se disser que todos os três códices se compõem dos próprios originais de cartas régias, instruções, relatórios, pareceres, atas de conselhos, etc, autografados por Felipe IV, da Espanha, Margarida de Mântua, regente de Portugal, Conde Duque de Olivares, Conde de Bagnuolo, Luís Barbalho Bezerra, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, etc.

A leitura das 1551 páginas de texto - leitura que porá à prova qualquer estudante de paleografia - informará que o Conde da Torre teve o comando da frota por desistência do Conde de Linhares, antigo vice-rei da Índia, por ser o seu imediato em posto (abril de 1638). Passou o novo chefe a examinar todos os navios da armada, que se compunha de galeões da coroa de Portugal e das frotas de Cadiz e do Levante, da Espanha. O exame foi minucioso e levou o almirante a todos os recantos onde se preparavam e armazenavam as munições e abastecimentos dos navios - de que tudo há os competentes termos lavrados por escrivão. Convenceu-se logo o Conde da insuficiência do abastecimento, do despreparo dos soldados e das péssimas condições higiênicas dos navios, galeões, patachos e caravelas de particulares; e não teve dúvida em levar tudo ao conhecimento do Rei e de Olivares. O governo

conhecia bem que as queixas eram justas mas resolveu que, para satisfazer a todas as exigências e necessidades da frota, seria preciso larga demora; e um ataque rápido aos holandeses - "pois a salvação do Brasil consiste nisto" - era, segundo o governo espanhol a condição segura da vitória. Além do mais urgia socorrer a Bahia, atacada por Maurício de Nassau.

O Conde da Torre recebeu ordem para partir imediatamente para as ilhas de Cabo Verde, onde deveria receber reforço de gente e aguardar a reunião dos navios da armada que se ficavam preparando. O Conde protestou novamente contra a ordem, alegando a "pestilência dos ares" de Cabo Verde. Mas obedeceu: a 7 de setembro de 1638 partiu de Lisboa com muitos navios. Mas na verdade já em caminho surgiu epidemia a bordo. O próprio almirante foi dos primeiros a adoecer: "A 4 de Outubro a las 5 de la tarde enfermé de unas calenturas que me llegaron al ultimo de la vida y con ellas y con muchas ventosas y sangrias llegué a este puerto" de Santiago de Cabo Verde. Na esquadra já havia 1.000 enfermos "e destes mueren 10 e 12 cada dias". Na ilha ficaram enterrados 475 homens, havendo a bordo 1.214 doentes. A epidemia continuou após a partida de Cabo Verde, e em 6 de janeiro de 1639, ao passar na altura de Pernambuco, a esquadra contava já 872 mortos.

Na "Instrução do que há de fazer o Conde da Torre" e da "Instrução secreta" (de Madrid, 19 e 21 de julho de 1638, respectivamente, conservadas nos próprios originais), não se determinava o ataque a Pernambuco; pelo contrário, por elas o Rei deixava à resolução do Conde, ouvido o seu Conselho, o que deveria empreender, depois de obter informações seguras do resultado do ataque de Maurício de Nassau à Bahia. Nada se ordenava com relação a Pernambuco, insinuando-se na "Instrução", ao contrário, que "na conservação da Bahia consiste poder-se recuperar o que o inimigo tem ocupado naquele Estado". Isto sabem todos os historiadores - embora pareça que Varnhagen não tenha conhecido a "Instrução". Nenhum, porém, sabe que pouco depois a "Instrução" foi, no ponto a que venho me referindo (os seus capítulos 4, 5 e 6), modificada radicalmente, com as notícias chegadas a Madrid da derrota dos holandeses na Bahia. Em carta de 14 de setembro de 1638, determinava-se ao Conde da Torre que fosse em direitura a Pernambuco, atacasse o Recife, realizando o desembarque da tropa na praia do Gaibu, ao pé do Monte de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho. Tinha-se em vista dominar logo a campanha, isto é, o interior, onde havia abastecimento e se contava com o apoio dos moradores. Além disso, os três redutos holandeses do Cabo contavam apenas 400 homens de guarnição, "e o que mais ajuda este nosso intento é presumirmos que o inimigo não poderá imaginar que se lhe haja de dar em tal Praça, porque indo a Armada surgir defronte de Pernambuco Cisto é, do Recife) e das forças dele, é de crer que o querem cometer por ali e não por outra parte".

A ordem revela não só conhecimento do local, como, ao que parece, boa tática. Mas a situação da esquadra não permitia a luta. Com pouco abastecimento, com a maior parte das tripulações doente ou convalescente, o esforço era impossível. Em junta realizada em Cabo Verde, a 19 de novembro, resolvesse que não se atacaria Pernambuco, mas para salvar as aparências (num gesto espanhol característico, sugerido aliás pelo almirante dos galeões de Espanha, D. 10an da Vega Vazan) se iria ao Recife e estaria "sobre ele surta a armada por 3 dias, e se acharmos a do inimigo pelejaremos com ela... e quando não acharmos, entenderá o rebelde que só por doença, mortes e falta de forças não saltamos em terra, que com as que tínhamos o fomos buscar à sua casa para o castigar no mar". Mas, partidos de Cabo Verde, pouco depois desgarrou-se da frota (ao que parece voluntariamente, pois que mais tarde tornaria a se repetir o fato), a nau capitânia da Coroa de Portugal e outros navios (sob o comando do almirante Rodrigo Lobo, que substituíra D. Francisco de Melo de Castro, uma das vítimas da epidemia). Reduzida no seu poder a armada, o Conde desistiu do projeto de ficar 3 dias em frente ao Recife e contentou-se com passar à vista de terra, fumando logo para a Bahia, onde chegou a 19 de janeiro de 1639, com mais de 4 meses de viagem.

A situação na Bahia, recém-libertada do cerco que lhe puseram as tropas holandesas do Conde

de Nassau, era péssima. Pedro Cadena de Vilhasanti, provedor-mor da fazenda real, pinta-a logo nas suas cores verdadeiras ao novo governador-geral. Não havia dinheiro nos cofres, deviam-se os soldos aos soldados desde junho de 1638 e para o socorro dos feridos da luta, recolhidos à Misericórdia "com grandes rogos me deu o contratador dos dízimos estes dias passados 300\$000". Víveres não havia e a pouca carne e farinha que aparecia era adquirida logo para abastecimento da guarnição local e do exército de Pernambuco (isto é, o que se retirara dali com Bagnuolo). Foram logo estes terríveis problemas que o Conde da Torre teve que enfrentar; e para isto fez convocar a Câmara para obter contribuição em dinheiro dos moradores para custeio da guerra; mandou recolher víveres no sul da Bahia e enviar navios para trazê-los de Buenos Ayres; tratou de recrutar gente para a Armada desaparelhada. Afora estes surgiam problemas criados com desembarque de perto de cinco mil pessoas; com a disciplina da tropa (proibiu-se logo a venda de cachaça na cidade); e por fim, com a cobiça de chefes militares (um deles, o mestre de campo Fernando de Lodueña, foi preso e processado por se ter apurado a sua participação em contrabando de pau-brasil).

O Conde contou logo com o apoio do exército e dos moradores de Pernambuco que se haviam acolhido à Bahia. Bagnuolo que comandava o exército, porém, estava gravemente doente (teria pouco menos de um ano de vida); "Save V. S. que estoy padeciendo de dia e de noche por esta grave enfermedad que tengo y algunas veces estoy 5 o 6 oras que no puedo ablar, y quando tengo algum alivio es tan poco que nunca llega a 2 dias". Bagnuolo, entretanto, não fazia bom juízo das tropas de Pernambuco: doíam-lhe certamente as queixas do povo (povo que era, no dizer de um contemporâneo, "o juiz mais livre deste século") contra ele, que tivera a pouca sorte de comandar sempre um exército em retiradas. Por isso desconfiava dos índios de Camarão e do próprio Camarão (que estava então confortavelmente na Bahia com toda a sua gente e parece, que pouco cristamente, com várias mulheres: pois se lhe mandava fornecer 4 alqueires de farinha por um mês e 10 libras de carne por dias "para ele e suas mulheres de sua casa e criados"), dos seus próprios soldados e dos moradores de Pernambuco que se haviam retirado. Apesar de doente, Bagnuolo não se poupou ao trabalho de escrever do próprio punho, em 19 de janeiro de 1639, um aviso a D. Filipe de Moura em grande segredo ("tenga v. mercê secreto en esto que le escrivo" para que avisasse ao Conde da Torre, que era preferível recrutar gente da Bahia ("los de aqui como son hijos de personas honradas y que tengan que perder puedese fiar") do que aceitar moradores de Pernambuco para completar as fileiras do exército luso-espanhol. Bagnuolo era de opinião que os Pernambucanos queriam receber os soldos e, desembarcados em sua terra, temia que desertassem ("y en llegando alia dizir buenas noches"), a não ser que dessem fiança pelo soldo recebido ("pero se dan fiança pagaran los fiadores alguna pataca y ellos no dexaram de se ir y tanto mas viendo que el exercito no es muy grande"). Bagnuolo parece não perdoava aos pernambucanos a opinião - justa ou injusta, é o que ainda não se pôde concluir com certeza - que dele faziam; e um dos primeiros documentos que apresentou ao Conde da Torre continha quase que uma defesa às acusações que a seu respeito corriam na época e que conclui com as palavras: "Assim, visto como em todas as outras cousas durante o tempo em que aqui estive achará Sua Majestade que fiz o que pude e isto estou certo que Vossa Senhoria com sua prudência e justiça não deixará de a ela representar".

Fonte: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 jul.; 1950.